



# Município de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE  
CNPJ: 11.361.243/0001-71

Usuário: Rostand

Chave de Autenticação  
2143-0191-357

Página  
2 / 3

## Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> NOTA 25	<b>-836.284.634,04</b>	<b>-859.002.012,54</b>
Bens imóveis (P)	55.606.554,51	54.151.074,06			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
<b>TOTAL</b>	<b>145.009.176,12</b>	<b>125.787.664,21</b>	<b>TOTAL</b>	<b>145.009.176,12</b>	<b>125.787.664,21</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b> NOTA 25	<b>47.524.614,30</b>	<b>37.700.955,14</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b> NOTA 28	<b>16.125.371,02</b>	<b>14.176.939,44</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b> NOTA 27	<b>97.484.561,82</b>	<b>88.086.709,07</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b> NOTA 29	<b>968.508.376,93</b>	<b>973.449.236,60</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>-839.624.571,83</b>	<b>-861.838.511,83</b>

### COMPENSAÇÕES NOTA 31

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Saldo dos atos potenciais do ativo</b>			<b>Saldo dos atos potenciais do passivo</b>		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	224.377,68	224.377,68
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	224.377,68	224.377,68
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>224.377,68</b>	<b>224.377,68</b>



# Município de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE  
CNPJ: 11.361.243/0001-71

Usuário: Rostand

Chave de Autenticação  
2143-0191-357

Página  
3 / 3

## Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

### SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-5.737.896,06	-4.750.332,92
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	-978.124,34	-657.881,51
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	-734.595,16	-745.459,13
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)	37.879.004,33	30.359.441,56
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)	-1.344.774,25	-554.426,44
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	-269.867,88	-148.480,70
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-44.639,53	0,00
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)	-370.859,14	0,00
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	1.461.568,84	204.761,11
61 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	-27.633,80
62 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO	0,00	-1.220.357,31
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	1.542.506,47	1.064.384,84
83 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS	-3.080,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>31.399.243,28</b>	<b>23.524.015,70</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Salgueiro, Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro, Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro, Fundo de Desenvolvimento Municipal de Salgueiro, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central, Fundo Municipal de Educação de Salgueiro, Autarquia Educacional de Salgueiro, FUNPRESSAL - FUNDO FINANCEIRO, Câmara Municipal do Salgueiro (Dados externos até 2018), Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, FUNPRESSAL - FUNDO PREVIDENCIÁRIO, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central, Câmara Municipal do Salgueiro

CLEBEL DE SOUZA Assinado de forma  
CORDEIRO:390804 digital por CLEBEL DE  
12520 SOUZA  
CORDEIRO:39080412520

ROSTAND FALCAO DE Assinado de forma digital  
LIMA:13739840404 por ROSTAND FALCAO  
DE LIMA:13739840404

### CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO

PREFEITO  
CPF – 390.804.125-20

### ROSTAND FALCAO DE LIMA

CONTADOR  
CRC/PE - 019974/O-8





**Secretaria Municipal de Finanças**

# BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município  
Exercício de 2018

**Balanco Patrimonial**  
**Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64**

**Prestação de Contas de Governo**  
**Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018**

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, FRANCILECIO LEANDRO DE SA PARENTE, ROSTAND FAIÇAO DE LIMA  
Acesse em: <https://dce.fao.gov.br/validarDocumento?CodigoDocumento=54175512-2114-48ba-a088-5402a657a11b>



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e análise dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como os aspectos relacionados ao patrimônio público e suas variações, sendo materializadas nos *Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstrativo da Dívida Flutuante* acompanhados de *Notas Explicativas*.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidados dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 47, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos



exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 48.420.434,22, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 96.588.741,90. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 12.785.433,23, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 968.508.376,93. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do município apresentou o saldo patrimonial de R\$ -836.284.634,00 (deficitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

CLEBEL DE SOUZA  
CORDEIRO:390804125  
20

Assinado de forma digital  
por CLEBEL DE SOUZA  
CORDEIRO:39080412520

**CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO**

**Prefeito**

MIRIAN DE LIMA  
RAMOS:4458796  
1434

Assinado de forma  
digital por MIRIAN DE  
LIMA  
RAMOS:44587961434

**MIRIAN DE LIMA RAMOS**  
**Secretária de Finanças**

**BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO**  
**Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município**  
**Exercício de 2018**



(Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018)

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Prefeitura Municipal de Salgueiro
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 124-4 - Município.
<b>CNPJ:</b> 11.361.243/0001-71.
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Rua Joaquim Sampaio, nº 279 Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro– Pernambuco – CEP: 56.000-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> A Prefeitura Municipal de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE 2018 é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de Dezembro de 2018 (LOA 2018).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>Consolidação das demonstrações contábeis:</b> A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none"><li>1) Câmara Municipal de Vereadores de Salgueiro;</li><li>2) Prefeitura Municipal de Salgueiro;</li><li>3) Fundos Municipal de Saúde (FMS);</li><li>4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);</li><li>5) Fundo Municipal de Educação (FME);</li><li>6) Autarquia Educacional de Salgueiro – (AEDS);</li><li>7) Fundo de Previdência dos Servidores de Salgueiro (Financeiro);</li><li>8) Fundo de Previdência dos Servidores de Salgueiro (Previdenciário);</li><li>9) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro;</li><li>10) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Salgueiro.</li></ol>
<b>Dados do gestor (Prefeito (a) do Município):</b> Nome: Clebel de Souza Cordeiro. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
<b>Dados do contador (a) da Prefeitura responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b> Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com.
<b>Dados do contador (a) dos Fundos Municipais de Salgueiro:</b> Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com.
<b>Dados do contador (a) do RPPS:</b> Nome: João Gualberto Combê Gomes. CRC-PE nº 021289/O-0. E-mail: jgualberto_1@hotmail.com.
<b>Dados do contador (a) da Câmara de Vereadores:</b> Nome: Leydjane Maria Silva. CRC-PE nº 444/PE. E-mail: leydjanesilva10@gmail.com
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara de</b>

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, FRANCICLEIO LEANDRO DE SA PARENTE, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 544765d3-31dc-48ba-a088-54036657a14b



<b>Vereadores:</b> Nome: Maria Masarelo Bezerra Neto.
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:</b> Nome: Fabio Romero Alencar Queiroz. Portaria nº: 036/2017 E-mail: fraq55@gmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com.
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Câmara de Vereadores – Fiorilli S/C Software Ltda.; Prefeitura Municipal - E-Publica; Fundos - E-Publica; RPPS - E-Publica.
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm">www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm</a> .

## b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

### b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

### b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

#### b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

#### b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual





apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

#### **b.2.6 Imobilizado:**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

#### **b.2.7 Intangível:**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11 Provisões:**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12 Apuração do resultado:**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.



O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamen representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

- a) **Classificação de ativos:** Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.
- b) **Constituição de provisões:** Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 147.365.148,32 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 132.895.033,11 conforme Cálculo Atuarial presente na prestação de contas.
- c) **Reconhecimento de variações patrimoniais:** Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.
- d) **Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:** Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

**c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

<b>Município de Salgueiro</b>			
RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 11.361.243/0001-71		Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação 1059-5526-388
		Página 1 / 3	
<b>Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial</b>			
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada			
<b>Ativo</b>			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Ativo Circulante</b> <b>NOTA 1</b>	<b>48.420.434,22</b>	<b>38.404.629,25</b>	
Caixa e equivalentes de caixa (F) <b>NOTA 2</b>	8.504.782,77	6.639.935,24	
Créditos a curto prazo	0,00	119,32	
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	
Clientes	0,00	0,00	
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	
Dívida ativa tributária (P)	0,00	119,32	
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00	
Demais créditos e valores a curto prazo (F/P)	1.864.155,84	1.670.832,79	
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (F)	38.051.495,61	30.093.741,90	
Estoques	0,00	0,00	
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00	

**Nota 1) ATIVO CIRCULANTE:** Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de R\$ 48.420.434,22, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

**Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:** O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam R\$ 8.504.782,77. O valor disponível apresentou acréscimo de R\$ 1.864.847,53 em relação ao exercício de 2017 que foi de R\$ 6.639.935,24.

**DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA**



(Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Vereadores.	0,00	870,72
Prefeitura Municipal.	1.248.903,42	280.536,49
Fundo Municipal de Saúde (FMS).	0,00	3.129.203,54
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).	0,00	860.430,88
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDDCA).	0,00	324.198,88
Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI).	0,00	471.863,78
Fundo Municipal de Educação (FME)	0,00	1.564.175,92
Autarquia Educacional de Salgueiro (AEDS).	0,00	175.134,93
RPPS - Financeiro	0,00	7.250,31
RPPS - Previdenciário	0,00	442.213,90
<b>Total</b>	<b>1.248.903,42</b>	<b>7.255.879,35</b>

**Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:**

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

**Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO:** Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

**Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:** Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	P
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	

**Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:** O valor evidenciado no total de **R\$ 38.051.495,61**, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

**Nota 7) ESTOQUE:** O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Sendo assim, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 0,00**.



<b>Ativo não Circulante</b>	<b>NOTA 8</b>	<b>96.588.741,90</b>	<b>87.383.034,96</b>
Ativo realizável a longo prazo		20.143.848,36	13.717.968,78
Créditos a longo prazo	<b>NOTA 9</b>	20.143.848,36	13.717.968,78
Créditos tributários a receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Dívida ativa tributária (P)		19.649.020,02	13.579.139,42
Dívida ativa não tributária (P)		494.828,34	138.829,36
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	<b>NOTA 10</b>	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo		0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações permanentes		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Propriedades para investimentos		0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades		0,00	0,00
Demais investimentos permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		76.444.893,54	73.665.066,18
Bens móveis (P)		21.366.789,65	20.042.442,74
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)		-528.450,62	-528.450,62
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis		0,00	0,00
Bens imóveis (P)		55.606.554,51	54.151.074,06
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível		0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais		0,00	0,00
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível		0,00	0,00
Direito de uso de imóveis		0,00	0,00
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>145.009.176,12</b>	<b>125.787.664,21</b>

**Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE:** Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 96.588.741,90.

**Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:** O valor de R\$ 20.143.848,36, corresponde a R\$ 19.649.020,02 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 494.828,34 da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

**Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO:** Não houve ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber.

**Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 R\$ 19.649.020,02**

**Nota 11) IMOBILIZADO:** O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 73.665.066,18. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 2.779.827,36, sendo R\$ 1.324.346,91, de bens móveis e R\$ 1.455.480,45 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de R\$ 76.444.893,54. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ -528.450,62 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:**

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017



Bens móveis	21.366.789,65	20.042.442,74
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(-528.450,62)	(-528.450,62)
Bens imóveis	55.606.554,51	54.151.074,06
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>76.444.893,54</b>	<b>73.665.066,18</b>

**Nota 12) INTANGÍVEL:** Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam **R\$ 0,00**. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Passivo Circulante</b> <b>NOTA 13</b>	<b>12.785.433,23</b>	<b>11.399.854,84</b>
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (FIP) <b>NOTA 14</b>	1.941.519,20	1.466.585,09
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F/P)	3.926.787,92	2.937.471,92
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo (F)	6.917.126,11	6.995.797,83

**Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE:** As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 12.785.433,23**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,81**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,81** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,81** e o índice de liquidez imediata é **0,66**.

**Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:** O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 1.941.519,20**. Aumento de **R\$ 474.934,11**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 1.466.585,09**.

**Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO):** Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2018.

Detalhamento	Valor
Não houve.	0,00
	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

**Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:** Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 3.926.787,92** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 989.316,00**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 2.937.471,92**.

**Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO:** Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisão Matemática e Previdenciária	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	964.678.855,41
a.2) valor contábil do final do período.	950.208.740,20
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	132.895.033,11
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	147.365.148,32
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00
h) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	

**BREVE DESCRIÇÃO:**

Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo. O passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados



em regime de capitalização.

**Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:** As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 6.917.126,11, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 6.917.126,11. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo não Circulante	NOTA 19	968.508.376,93	973.389.821,91
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (P)	NOTA 20	17.803.022,79	8.137.727,81
Empréstimos e financiamentos a longo prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (P)		496.613,94	573.238,69
Obrigações fiscais a longo prazo		0,00	0,00
Provisões a longo prazo (P)		950.208.740,20	964.678.855,41
Demais obrigações a longo prazo		0,00	0,00
Resultado diferido		0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>981.293.810,16</b>	<b>984.789.676,75</b>

**Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 17.803.022,79, decorrentes das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

**Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:** O montante de R\$ 17.803.022,79 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	124.557,86
Débito Parcelado – INSS	17.584.271,31
Dívida por Contrato - Precatórios	94.193,62
<b>Total</b>	<b>17.803.022,79</b>

**Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):** O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
Não houve.	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

**Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO):** Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 496.613,94 relativo a fornecedores e contas a pagar.

**Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO:** As provisões totalizaram R\$ 950.208.740,20, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 132.895.033,11 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 147.365.148,32 conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuária Isabela Mendonça Faria, MIBA nº 2990.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisão Matemática Previdenciária	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	964.678.855,41
a.2) valor contábil do final do período.	950.208.740,20
c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
<b>BREVE DESCRIÇÃO:</b> Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo. O passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias que correspondem aos	



compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:**

**CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:**

**6.6 Parecer Atuarial**

Esta Avaliação Atuarial refere-se ao Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Salgueiro/PE – FUNPRESSAL – e foi realizada com dados fornecidos pelo Ente e Fundo, com a data de 31 de dezembro de 2017, sendo que estes são coerentes e eficazes para a realização desta Avaliação Atuarial.

38

O grupo de servidores em dezembro de 2016, estava composto de 496 (quatrocentos e noventa e seis) servidores ativos, 50 (cinquenta) servidores inativos e 19 (dezenove) pensionistas. Em dezembro de 2017, avaliação apresentada aqui, a base cadastral apresentou 636 (seiscentos e trinta e seis) servidores ativos, 5 (cinco) servidores inativos e 5 (cinco) pensionistas.

Ressalta-se que todas as irregularidades encontradas chegaram ao conhecimento dos responsáveis pelo Fundo de previdência os quais prestaram, na medida do possível, esclarecimentos sobre. A contribuição normal do Ente foi de 15,98% (quinze inteiros e noventa e oito centésimos por cento), já incluída a taxa administrativa, considerando as justificativas apresentadas no Relatório da Avaliação. Dessa forma, as alíquotas normais vigentes são:

- Segurados em atividade: **11,00%** (Sobre a folha de remuneração de contribuídos ativos);
- Aposentados e Pensionistas: **11,00%** (Sobre a parcela do valor do provento e pensão que exceder ao valor máximo de benefício do RGPS);
- Ente Municipal: **15,98%** (Sobre a folha de remuneração de contribuição dos ativos).

De acordo com os resultados apresentados, deve-se informar que, em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses e critérios de concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão, adotados para este Plano de Benefícios, o município encontra-se com Plano Previdenciário superavitário.

o Aconselha-se que o Município de Salgueiro continue integralizando as provisões matemáticas que podem mudar em tempos futuros, pelo aumento das remunerações, proventos e pensões e pelo aumento ou redução dos segurados ativos, aposentados e pensionistas apresentados na base cadastral dessa avaliação.

A base cadastral foi consistente, e assim, foi estimada a idade de entrada no mercado de trabalho de acordo com a Portaria MPS 403/2008, devido a não informação, por parte do ente. Para datas não informadas ou informadas incorretamente, foi utilizada a média de extratos da população de mesmas características. Cabe ressaltar que todas as irregularidades encontradas

<b>PLANO FINANCEIRO</b>	<b>R\$ 921.688.067,75</b>
<b>Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$ 194.251.812,59</b>
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 194.251.812,59
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$ 727.436.255,16</b>
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 848.871.204,90
(-) Contribuição do Ente	R\$ 37.037.332,44
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 84.397.617,30
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00



<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>R\$ 285.20.672</b>
<b>Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$ 1.723.66,22</b>
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 2.090.99,86
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 3.814.666,08
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$ 30.244.438,67</b>
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 100.429.267,73
(-) Contribuição do Ente	R\$ 70.184.829,06
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
<b>Plano de Amortização</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(-) Outros Créditos	R\$ 0,00
<b>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APOORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:** Não houve aporte para déficit atuarial.

**Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO:** Não houve registro para demais obrigações a longo prazo.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	-836.284.634,04	-859.002.012,54
Resultado do exercício (P)	22.717.378,50	-392.853.559,55
Resultado de exercícios anteriores (P)	-859.002.012,54	-466.148.452,99
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-836.284.634,04</b>	<b>-859.002.012,54</b>

**Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de **R\$ -836.284.634,04**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ -859.002.012,54**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ 22.717.378,50**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	-859.002.012,54
Resultado do Exercício	22.717.378,50
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-836.284.634,04</b>

ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	47.524.614,30	37.700.955,14	PASSIVO FINANCEIRO	NOTA 28	16.125.371,02	14.176.939,44
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	97.484.561,82	88.086.709,07	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	968.508.376,93	973.449.236,60
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>						<b>-839.624.571,83</b>	<b>-861.838.511,83</b>





Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, FRANCILECIO LEANDRO DE SA PARENTE, ROSTAND FAIÇAO DE LIMA  
 Acesso em: http://www.tce.ce.gov.br/validarDocumento.aspx?documento=544765d3-31d5-48b0-99088-54036657744b

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		NOTA 30		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS			-5.737.896,06	-4
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO			-978.124,34	-657.881,51
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE			-734.595,16	-745.459,13
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)			37.879.004,33	30.359.441,56
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)			-1.344.774,25	-554.426,44
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)			-269.867,88	-148.480,70
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO			-44.639,53	0,00
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)			-370.859,14	0,00
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO			1.461.568,84	204.761,11
61 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL			0,00	-27.633,80
62 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO			0,00	-1.220.357,31
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES			1.542.506,47	1.064.384,84
83 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS			-3.080,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>31.399.243,28</b>	<b>23.524.015,70</b>

**Nota 26) ATIVO FINANCEIRO:** O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 47.524.614,30**.

**Nota 27) ATIVO PERMANENTE:** O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 97.484.561,82**.

**Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO:** O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 12.785.433,23**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 3.339.937,79** perfazem o total de **R\$ 16.125.371,02**.

**Nota 29) PASSIVO PERMANENTE:** Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 968.508.376,93**.

**Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO:** Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ 31.399.243,28**, sendo **R\$ -5.737.896,06** de recursos ordinários e **R\$ 37.137.139,34** de recursos vinculados.

COMPENSAÇÕES					
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	224.377,68	224.377,68
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	224.377,68	224.377,68
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>224.377,68</b>	<b>224.377,68</b>

**Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:** Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 224.377,68**.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

**d.2.Divulgações não financeiras:**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:**

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00



**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

<p><b>g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b>          Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas de sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>	
<p><b>g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:</b>          Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.</p>	
<p><b>g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:</b>          Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>	
<p><b>g.4.Transferência de Ativos:</b>          Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>	
<p><b>g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:</b>          Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>	
<p><b>g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:</b>          Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>	
<p><b>g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:</b>          Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.</p>	
<p><b>g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:</b>          Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.</p>	
<p><b>g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:</b>          Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.</p>	
<p><b>TIPO/CLASSE DO PASSIVO CONTINGENTE: NÃO HOUVE</b></p>	
<p>a) breve descrição da natureza do passivo contingente:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>b) estimativa dos efeitos financeiros.</p>	<p>R\$ 0,00</p>
<p>c) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída:</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	



d) possibilidade de algum reembolso:

**g.10. Informações de Passivos Contingentes:**

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

**g.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):**

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

**g.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):**

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

**g.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):**

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuária Isabela Mendonça Faria, MIBA nº 2990.

**g.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):**

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

**g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:**

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

**g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):**

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

**g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):**

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

**g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):**

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

**g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):**

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

**g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):**

Não houve passivos perdoados no exercício de 2018

**g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):**

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS	NÃO HOUVE.	0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>

**g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):**

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

**g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):**

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuária Sra. Isabela Mendonça Faria. MIBA nº 2990.

**g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):**

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00
VALOR RECUPERÁVEL	0,00
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00
VALOR EM USO (TAXA DE DESCONTO UTILIZADA ANTERIOR: _____.)	0,00
VALOR EM USO (TAXA DE DESCONTO UTILIZADA POSTERIOR: _____.)	0,00
	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:

Não houve teste de Imparidade (IMPAIRMENT)



**g.25. Análise do item 52 do ICC:**

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação:  $(\sum \text{Passivo [F]} (\text{BP}) + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP} (\text{BF})) = \sum (\text{SES} (\text{DDF}))$ .

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

**DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>138.382,20</b>	<b>408.383,96</b>	<b>239.578,58</b>	<b>239.578,58</b>	<b>114.395,90</b>	<b>192.791,68</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		138.382,20	408.383,96	239.578,58	239.578,58	114.395,90	192.791,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.409.723,28</b>	<b>980.009,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.389.733,13</b>
INVESTIMENTOS		1.409.723,28	980.009,85	0,00	0,00	0,00	2.389.733,13
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.548.105,48</b>	<b>1.388.393,81</b>	<b>239.578,58</b>	<b>239.578,58</b>	<b>114.395,90</b>	<b>2.582.524,81</b>

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 12.785.433,23.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 2.582.524,81.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 757.412,98.

**Soma: R\$ 16.125.371,02.**

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 16.125.371,02.

Diferença: R\$ 0,00

Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

**Diferença: R\$ 0,00.**

Confirmando assim que não houve Restos a Pagar Não Processados liquidados, porém não foram pagos no exercício.

**h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos			



	<b>tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Cíveis e Militares.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	<b>14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído



	conforme MCASP.			
<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído



Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

CLEBEL DE SOUZA  
CORDEIRO:39080412520

Assinado de forma digital por  
CLEBEL DE SOUZA  
CORDEIRO:39080412520

ROSTAND FALCAO  
DE  
LIMA:13739840404

Assinado de forma  
digital por ROSTAND  
FALCAO DE  
LIMA:13739840404

**CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO**  
Prefeito

**ROSTAND FALCÃO DE LIMA**  
Contador  
CRC-PE Nº 019974/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, FRANCLECIO LEANDRO DE SA PARENTE, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 544765d3-31dc-48ba-a088-5403e657a14b